

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - PARTE GERAL	25
1. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	25
1.1. O cenário do seu nascimento	25
1.2. Visão macroscópica.....	26
2. NORMAS FUNDAMENTAIS	27
2.1. Influência constitucional sobre o processo civil.....	27
2.1.1. Inserção principiológica no CPC	27
2.2. Inércia e impulso oficial	29
2.3. Inafastabilidade da jurisdição	30
2.4. A duração razoável do processo	31
2.4.1. Como calcular o prazo razoável de duração do processo?	32
2.5. Boa-fé processual.....	32
2.6. Cooperação	34
2.7. Isonomia	35
2.8. Dignidade da pessoa humana e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência	35
2.9. Contraditório	36
3. JURISDIÇÃO.....	37
3.1. Conceito.....	37
3.2. Características	37
3.3. Substitutivos	39
4. COMPETÊNCIA	40
4.1. Critérios para fixação da competência.....	40
4.1.1. Considerações gerais	40
4.1.2. Critérios absolutos.....	42
4.1.2.1. Critério em razão da matéria.....	42
4.1.2.2. Critério funcional.....	42
4.1.3. Critérios relativos.....	43
4.1.3.1. Critério em razão do valor da causa	43
4.1.3.2. Critério Territorial.....	44
4.2. Foros especiais.....	44
4.3. Competência da Justiça Federal.....	45
4.3.1. Em razão da pessoa	45
4.3.2. Em razão da matéria	46

4.4.	Causas de modificação da competência	46
4.4.1.	Conexão	46
4.4.2.	Continência	47
4.4.3.	Vontade das partes.....	47
4.4.4.	Inércia do réu	48
5.	PROCESSO E PROCEDIMENTO	48
5.1.	Espécies de processo e procedimento	49
5.2.	Contagem dos prazos processuais nas espécies de procedimento	50
6.	PLURALIDADE DE PARTES.....	55
6.1.	Generalidades.....	55
7.	LITISCONSÓRCIO.....	56
7.1.	Conceito.....	56
7.2.	Classificação	56
7.2.1.	Litisconsórcio ativo, passivo ou misto.....	56
7.2.2.	Litisconsórcio necessário	56
7.2.3.	Litisconsórcio facultativo.....	58
7.2.3.1.	Litisconsórcio multitudinário	60
7.2.4.	Litisconsórcios simples e unitário	61
7.3.	Dinâmica do litisconsórcio.....	61
7.3.1.	Prazos diferenciados.....	61
7.3.2.	Regra da independência dos litisconsortes ou da individualidade.....	62
8.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	65
8.1.	Assistência	67
8.1.1.	Assistência simples.....	68
8.1.2.	Assistência qualificada ou litisconsorcial	69
8.1.3.	Procedimento.....	70
8.2.	Denúnciação da lide	70
8.2.1.	Hipóteses de denúnciação da lide	71
8.2.2.	Procedimento na denúnciação da lide oferecida pelo autor.....	73
8.2.3.	Procedimento da denúnciação da lide oferecida pelo réu.....	73
8.2.4.	A nova posição do denunciado	74
8.2.5.	Ônus da sucumbência na denúnciação da lide	74
8.3.	Chamamento ao processo	75
8.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ)	76
8.5.	Modelos.....	82
8.5.1.	Assistência.....	82
8.5.2.	Denúnciação da Lide	83

8.5.3.	Chamamento ao processo.....	83
8.5.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ)	84
8.6.	Questões de concurso e do Exame da OAB	85
9.	TUTELAS PROVISÓRIAS.....	90
9.1.	Tutelas provisórias de urgência.....	92
9.1.1.	Tutela antecipada	92
9.1.1.1.	Tutela antecipada em caráter antecedente	94
9.1.1.2.	Tutela antecipada contra o ilícito	95
9.1.2.	Tutela cautelar	96
9.1.2.1.	Tutela cautelar em caráter antecedente	97
9.2.	Tutela provisória de evidência	97
9.2.1.	Tutela de evidência sancionatória (art. 311, I, CPC)	98
9.2.2.	Tutela de evidência fundada em prova documental e precedente vinculante (art. 311, II, CPC)	99
9.2.3.	Tutela de evidência em contrato documentado de depósito (art. 311, III, CPC).....	100
9.2.4.	Tutela de evidência documentada e ausência de contraprova documental (art. 311, IV, CPC).....	100
9.3.	A tutela de urgência em caráter antecedente no sistema dos juizados especiais cíveis estaduais.....	101
9.3.1.	Introdução	101
9.3.2.	Tutela Provisória	101
9.3.3.	Tutelas de urgência em caráter antecedente.....	102
9.3.3.1.	Tutela antecipada em caráter antecedente	102
9.3.3.2.	Tutela cautelar em caráter antecedente	104
9.3.4.	Aplicabilidade das tutelas de urgência em caráter antecedente ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	104
9.3.4.1.	O Microsistema dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais	104
9.3.4.2.	Inaplicabilidade da tutela de urgência em caráter antecedente no sistema dos juizados especiais cíveis estaduais.....	106
9.4.	Modelos	110
9.4.1.	Tutela antecipada antecedente.....	110
9.4.2.	Tutela cautelar antecedente	111
9.5.	Questões de concursos e do Exame da OAB	112
10.	FUNÇÃO E CARREIRA DO ADVOGADO	119

10.1.	Antecedentes históricos da função de advogado	119
10.2.	O advogado na Constituição Federal.....	120
10.3.	Lei de regência da carreira de advogado e a Ordem dos Advogados do Brasil	120
10.3.1.	Exercício da advocacia e inscrição nos quadros da OAB	121
10.3.2.	Sociedade de advogados.....	121
10.3.3.	Advogado empregado.....	122
10.3.4.	Estagiário.....	123
10.4.	Divulgação dos serviços profissionais prestados por advogado	124
10.5.	Procuração/mandato e substabelecimento.....	125
10.6.	Sigilo	128
10.7.	Honorários advocatícios	129
10.8.	Honorários advocatícios sucumbenciais	132
10.9.	A Fazenda Pública e os honorários sucumbenciais.....	134
10.10.	Honorários sucumbenciais na fase recursal.....	135
10.11.	Direitos do advogado e sua relação com os poderes e órgãos públicos	136
10.12.	Imunidades e prisão	140
10.13.	Modelos.....	141
10.13.1.	Modelo de procuração.....	141
10.13.2.	Modelo de contrato de prestação de serviços profissionais (honorários contratuais).....	141
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM DE CONHECIMENTO		143
1.	PETIÇÃO INICIAL.....	143
1.1.	Requisitos da petição inicial.....	143
1.1.1.	Endereçamento ao juízo competente	143
1.1.2.	Nome e qualificação das partes.....	143
1.1.3.	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	144
1.1.4.	Pedido com suas especificações.....	145
1.1.5.	Valor da causa	145
1.1.6.	Requerimento de provas	146
1.1.7.	Opção pela audiência de conciliação ou sessão de mediação ..	147
1.1.8.	O requisito suprimido: Requerimento de citação do réu.....	147
1.1.9.	Documentos indispensáveis à propositura da ação	148
1.2.	Pedido.....	148
1.2.1.	Pedido genérico.....	149
1.2.1.1.	Nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados (324, § 1º, I, CPC)...	150

1.2.1.2.	Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato (324, § 1º, II, CPC).....	150
1.2.1.3.	Quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu (324, § 1º, III, CPC).....	151
1.2.2.	Cumulação imprópria de pedidos	152
1.2.3.	“Cumulação de ações”	153
1.2.4.	Alteração de pedido e causa de pedir	154
1.3.	Vícios da petição inicial	154
1.3.1.	Causas de indeferimento da petição inicial.....	154
1.4.	Modelo de petição inicial com pedido de tutela antecipada	156
1.5.	Questões de concursos e do Exame da OAB	157
2.	CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	160
3.	RESPOSTAS DO RÉU	163
3.1.	Contestação	163
3.1.1.	Regra da eventualidade ou da concentração das defesas	164
3.1.2.	Regra da impugnação especificada dos fatos	165
3.1.3.	Matérias alegáveis em contestação.....	166
3.1.4.	A arguição de ilegitimidade passiva.....	166
3.1.5.	Efeitos da alegação de incompetência: Distribuição da contestação	168
3.2.	Reconvenção	168
3.3.	Modelos	170
3.3.1.	Contestação com preliminares e reconvenção	170
3.3.2.	Impedimento e suspeição do juiz.....	171
3.4.	Questões de concursos e do Exame da OAB	172
4.	RÉPLICA (IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO).....	175
4.1.	Modelo	176
5.	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	177
6.	PROVAS.....	178
6.1.	Teoria da prova	178
6.1.1.	Conceito e objeto da prova	178
6.1.2.	Ônus da prova	179
6.1.2.1.	A distribuição do ônus da prova: dinamizar x inverter.....	179
6.1.3.	Provas proibidas	182
6.1.4.	Provas emprestadas	183
6.2.	Produção antecipada de prova em processo autônomo	184

6.2.1.	Arrolamento de bens não constritivos e justificação em processo autônomo	185
6.3.	Questões de concursos e do Exame da OAB	185
7.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	188
CAPÍTULO III – IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		191
1.	MEIOS IMPUGNATIVOS.....	191
2.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	192
2.1.	Conceito e requisitos	192
2.2.	Cabimento	193
2.3.	Procedimento	198
2.4.	Modelo	200
3.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	202
3.1.	Conceito de recurso	202
3.2.	Princípios relativos aos recursos	204
3.3.	Efeitos dos recursos.....	206
3.4.	Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos.....	208
3.4.1.	Pressupostos intrínsecos de admissibilidade	209
3.4.2.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade	211
4.	APELAÇÃO	213
4.1.	Cabimento	213
4.2.	Efeitos	215
4.3.	Teoria da causa madura	216
4.4.	Procedimento	217
4.5.	Modelo	218
5.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	219
5.1.	Generalidades sobre o recurso de agravo	219
5.2.	Cabimento	219
5.3.	Procedimento	223
5.4.	Modelo	224
6.	AGRAVO INTERNO	225
6.1.	Cabimento	225
6.2.	Modelo	226
7.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	227
7.1.	Cabimento	227
7.2.	Modelo	230
8.	RECURSO ORDINÁRIO PARA O STF E PARA O STJ	231

8.1.	Recurso Ordinário para o STF	231
8.2.	Recurso Ordinário para o STJ.....	232
8.3.	Modelos.....	232
9.	RECURSO ESPECIAL.....	233
9.1.	Admissibilidade e cabimento.....	233
9.2.	Modelo.....	236
10.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	237
10.1.	Admissibilidade e cabimento.....	237
10.2.	Modelo.....	240
11.	AGRAVO EM RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	241
11.1.	Cabimento.....	241
11.2.	Modelo.....	242
12.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	243
12.1.	Cabimento.....	243
12.2.	Modelo.....	244
13.	QUESTÕES DE CONCURSOS E DO EXAME DA OAB.....	245
	CAPÍTULO IV - EXECUÇÃO.....	251
1.	CONCEITO E ESPÉCIES.....	251
1.1.	Execução quanto à obrigação exequenda.....	251
1.2.	Execução quanto aos atos executivos.....	252
1.3.	Execução quanto ao procedimento	253
2.	PRINCÍPIOS	253
2.1.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	253
2.2.	Patrimonialidade.....	254
2.3.	Disponibilidade da execução e desfecho único	254
2.4.	Menor onerosidade para o devedor.....	255
3.	FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: VISÃO GERAL.....	255
3.1.	Requerimento de instauração da fase executiva	257
3.2.	Penhora e avaliação.....	258
3.3.	Defesa do executado na fase executiva: a impugnação.....	259
3.4.	Formas de expropriação	261
3.4.1.	Adjudicação.....	261
3.4.2.	Alienação do bem penhorado por iniciativa particular	262
3.4.3.	Alienação em leilão judicial	263
3.4.4.	Apropriação de frutos e rendimentos de bens	263
4.	PROCESSO AUTÔNOMO DE EXECUÇÃO.....	264

4.1.	Petição inicial.....	265
4.2.	Citação	265
4.3.	Posturas do executado.....	265
4.4.	Demais atos executivos.....	267
5.	AS <i>ASTREINTES</i>	267
5.1.	Contextualização, natureza jurídica e conceito.....	267
5.2.	A ampliação do espectro de incidência da multa coercitiva.....	269
5.3.	A necessidade de definição de critérios para fixação de <i>astreintes</i>	271
5.4.	Da possibilidade de alteração das <i>astreintes</i>	272
6.	MODELOS EXECUTIVOS.....	275
6.1.	Petição que instaura a fase de cumprimento de sentença	275
6.2.	Petição inicial do processo executivo autônomo.....	276
6.3.	Impugnação.....	277
6.4.	Petição inicial de embargos do executado	278
6.5.	Exceção de pré-executividade	279
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS E DO EXAME DA OAB	280
	ANEXO 1 – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – COLETÂNEA DE JURISPRUDÊNCIA....	287
	ANEXO 2 – ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS	453
	BIBLIOGRAFIA	507